

CAMPESINATO AMAZÔNICO: retrato das mudanças na economia ribeirinha na várzea do médio rio Solimões

AMAZON PEASANTRY: an overview of riverine economic changes in lowland communities of the middle Solimões river region

Alex Almeida Coelho

Mestre em geografia pela Universidade Federal do Amazonas. Doutorando no Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia.
alexfonteboa@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva

Doutor em Geografia - Universidade Federal do Paraná. Professor Associado/UNIR junto ao Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia/UNIR.
adnilson@unir.br

Nelissa Peralta

Doutora em Sociologia. Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Estadual do Amazonas.
nelissapb@ufpa.br

Resumo

Este estudo realiza uma comparação histórica das estratégias produtivas de famílias camponesas do médio rio Solimões. Tenta estabelecer um quadro de mudanças na percepção dos produtores em relação ao valor da produção, refletindo, assim, sobre uma “racionalidade econômica ribeirinha”, o que evidencia possíveis transformações nos padrões de desenvolvimento e empenho dos domicílios em suas atividades econômicas resultantes das mudanças no sistema de produção da agricultura e da atividade pesqueira. São consideradas, para isso, as estratégias de produção de pescado e agrícola em cinco comunidades na região de Fonte Boa, no estado do Amazonas, localizadas em área de várzea e dentro dos limites territoriais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM). Os dados foram coletados no ano de 2013, em 23 domicílios, nas comunidades de Araçari, Terra Nova, Monte Cristo, Batalha de Baixo e Bela Vista do Batalha. Os dados apontam que a motivação na escolha por uma atividade em relação à outra não é o preço da produção no mercado, mas também o esforço empregado pelo grupo para garantir a produção e a disponibilidade de força de trabalho e de recursos naturais. Indicam ainda que as estratégias econômicas estão ligadas diretamente a necessidade de garantir o sustento do grupo doméstico.

Palavras-chave: Racionalidade econômica ribeirinha. Populações rurais. Várzea. Médio rio Solimões. Campesinato.

Abstract

This study is a historical account of the productive strategies of peasant families in the middle Solimões River. It attempts to establish a framework of the changes that occurred in the perception of producers in relation to the value of production, thus reflecting on a “riverside economic rationality”, which shows possible changes in the patterns of development and commitment of households to economic activities, resulting from changes in agriculture and fishing. For this purpose, we discuss different production strategies in five communities in the region of Fonte Boa, in the state of Amazonas, located in a lowland area and within the territorial limits of the Mamirauá Sustainable Development Reserve (RDSM). Data were collected in 2013, from 23 households in the communities of Araçari, Terra Nova, Monte Cristo, Batalha de Baixo and Bela Vista do Batalha. The data show that the motivation in choosing one activity over others is not the price of production in the market, but also the effort used by the group to guarantee the production and availability of labor and natural resources. This further indicates that economic strategies are directly linked to the need to guarantee the livelihood of the domestic group.

Keywords: Riverine economic rationality. Rural populations. Lowland. Middle Solimões River. Peasantry.

Introdução

As transformações na economia doméstica de populações tradicionais na Amazônia são alvo de muitos estudos, principalmente no que se refere à produção para o mercado. Entretanto, poucos estudos tratam das motivações em relação às estratégias dos produtores. Este estudo se trata de uma comparação histórica dessas estratégias, considerando a produção de pescado e a produção agrícola em cinco comunidades na região de Fonte Boa, no médio rio Solimões, estado do Amazonas. Partimos do princípio de que os produtores familiares são motivados por racionalidades econômicas orientadas para o consumo do grupo doméstico, para o estabelecimento de relações de reciprocidade, organizadas no parentesco, e que, a rigor, não separam as diversas esferas do mundo social, econômico, política, religiosa e cultural.

Nossa hipótese principal é que as estratégias econômicas e produtivas estão diretamente ligadas às condições territoriais em que se encontram. Estes grupos estão fortemente influenciados por uma ecologia humana amazônica, construída dentro de um contexto de relação direta com a floresta, com sistemas produtivos com características de um campeinato amazônico. Atualmente, alguns grupos de populações tradicionais

ocupam territórios decretados como unidades de conservação, ou seja, integram a busca da subsistência com as demandas de sustentabilidade necessárias à reprodução do modo de vida tradicional e às demandas de gestão da unidade de conservação.

O objetivo principal do estudo foi traçar um retrato das estratégias produtivas em dois períodos históricos distintos. O primeiro período, quando as relações com o mercado eram estruturadas pelo sistema de aviamento e pela economia extrativa da borracha e outros produtos florestais; e um período mais recente, marcado especialmente por maior autonomia das populações locais em suas escolhas produtivas e a garantia de ocupação e manejo do seu território com a criação de áreas protegidas.

Entendemos também que a instituição das áreas legalmente protegidas é um elemento essencial para a construção e territorialização de uma racionalidade econômica que permite às famílias terem maiores escolhas para desempenhar atividades produtivas menos determinadas por forças externas do mercado nacional e internacional, uma vez que tais áreas devem atender, além das metas de conservação dos recursos naturais, a reprodução social de modos de vida tradicionais.

O trabalho está estruturado em duas etapas. A primeira apresenta um panorama do modo de vida das populações locais, bem como suas bases de organização e as características de trabalho. A segunda contempla os aspectos da produção, das escolhas e empenho das atividades produtivas das populações e também constrói um cenário atual das estratégias produtivas das famílias inseridas na área de estudo.

Metodologia

A área de estudo está localizada na região do médio rio Solimões, no município de Fonte Boa, estado do Amazonas. Todas as comunidades estão localizadas nos limites da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM).

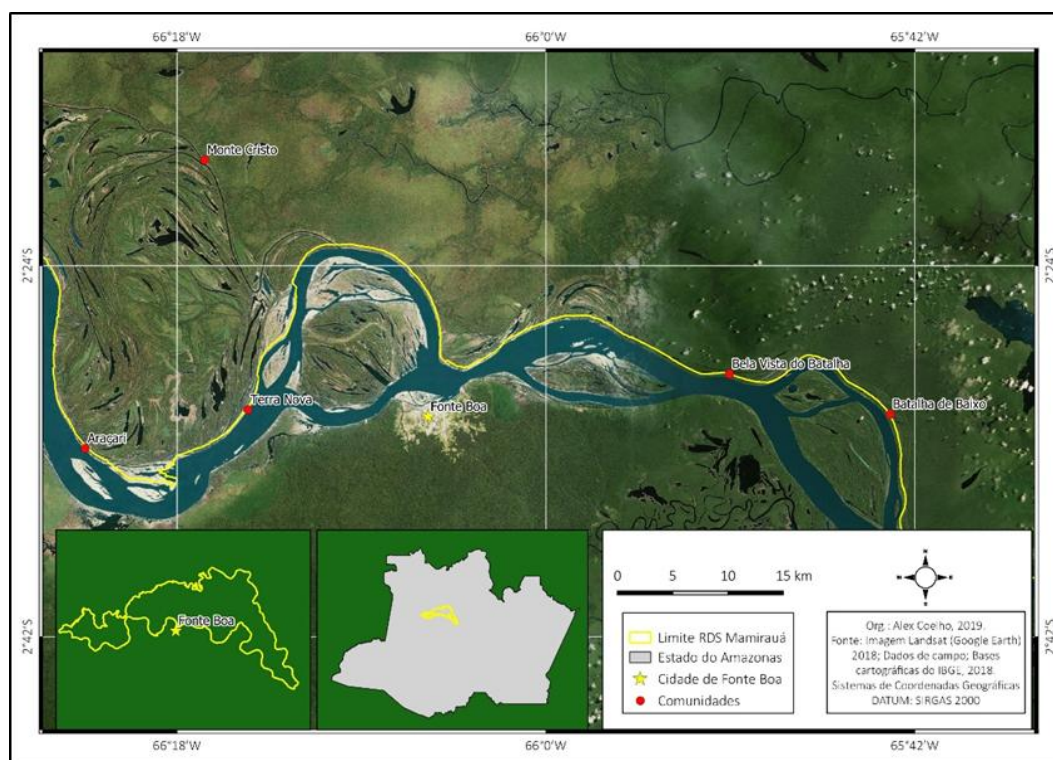
A RDS Mamirauá está no limite territorial de três municípios do estado, são eles: Uarini, Fonte Boa e Maraã. Todo seu território está localizado em áreas de várzea, sendo a primeira unidade de conservação da categoria no Brasil.

O município de Fonte Boa, onde encontram-se as comunidades foco do estudo, está distante cerca de 670 km da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. As comunidades estão localizadas de 30 a 40 km da sede municipal. O município tem

população estimada de 17.005 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2020). O acesso das populações ao centro urbano é feito exclusivamente por via fluvial, por meio de motor rabeta (2) ou barco recreio (3).

O ano de coleta de dados da pesquisa foi 2013 e fazem parte da amostra deste estudo 23 domicílios das comunidades Araçari, Terra Nova, Monte Cristo, Batalha de Baixo e Bela Vista do Batalha (Figura 1). Os dados foram obtidos por meio de entrevistas abertas e observação participante. Em relação à quantidade de domicílios entrevistados por comunidade, privilegiou-se o índice de coleta de 30% dos domicílios, direcionando as entrevistas, preferencialmente, ao chefe do domicílio.

Figura 1: Localização das comunidades



Fonte: elaborado pelos autores (2018).

As entrevistas foram apoiadas em um roteiro de perguntas abertas e as principais questões levantadas estavam associadas às ações produtivas, estratégias de produção e ainda problemas enfrentados em relação às atividades de subsistência, fatores que influenciam as estratégias produtivas dos produtores e as relações de trabalho que os domicílios desenvolvem. Quanto à temporalidade, os respondentes se referiram a uma memória histórica que remetia às décadas de 60 a 90, comparada ao momento atual, que

corresponde às décadas de 90, 2000 e 2010, até a data da pesquisa (2013).

Também foram realizadas observações das formas de organização das atividades dos produtores nos roçados, por exemplo, nas roças de mandioca na comunidade Terra Nova, bem como nas atividades de pesca de peixe liso, na comunidade Batalha de Baixo.

Orientação econômica, organização do trabalho e caracterização das populações de várzea do médio Solimões

As atividades extrativas podem ser definidas como a exploração direta de recursos naturais de origem animal, vegetal ou mineral, retirados diretamente da sua área de ocorrência natural (GOMES, 2018). Desde a época colonial, as expedições de coletas de produtos extrativos (como óleo de tartaruga, especiarias, madeira, óleos vegetais e sementes de cacau) constituíam a base de produção na Amazônia (WEINSTEIN, 1993). Em troca, os trabalhadores que compunham essas expedições recebiam dos comerciantes e missionários ferramentas, roupas e outras manufaturas. Para Bárbara Weinstein, a economia extrativa representava um compromisso entre a ânsia dos colonizadores por bens exportáveis e os diversos problemas que o meio ambiente da Amazônia apresentava, assim como a escassez de mão-de-obra. A expansão da economia extrativa da borracha (até o início do século XX), ao invés de substituir as relações de produção existentes, baseou-se nelas, consolidando modos de extração e de troca. A rede de aviamento daí resultante desenvolveu um sistema econômico no qual a produção permaneceu sob controle do produtor direto, com a apropriação do excedente no nível da troca.

O sistema de aviamento predominou na Amazônia durante muitas décadas, caracterizado pela circulação de mercadorias e produtos da floresta, de pessoas de outras regiões do Brasil, do interior da região, de modo que se transformou na principal estrutura social e econômica (WEINSTEIN, 1993). Constituiu-se em um sistema mercantil, baseado no adiantamento de mercadoria a crédito entre um aviador/patrão e um aviado/freguês, o que implicava em sucessivas dívidas para o tomador de empréstimos e/ou mercadorias, ao tempo que propiciou a movimentação da economia regional (SANTOS, 1980).

Até alguns anos atrás era marcante a figura dos patrões-aviadores como elo das relações econômicas das populações do médio Solimões com o mercado (COELHO;

PERALTA, 2016). O patrão fornecia mercadorias a crédito pelo sistema de trocas do aviamento e era ele o principal agente das trocas comerciais, visto que estabelecia uma freguesia em torno da administração da dívida, pela qual os produtores tinham um acesso particular ao consumo e ao financiamento da produção. Necessitado de mercadorias, o pequeno produtor era obrigado a dirigir parte de seu trabalho para aquelas produções que a rede comercial aceitava como pagamento das mercadorias que fornece.

Nós vendíamos para um patrão nosso chamado Daniel Aires. Quando meus irmãos moravam ali no Bento, era para o Antônio Pacheco, que era o proprietário. Era o dono do seringal, o dono do terreno todinho e eles trabalhavam pra ele. Ele tinha para mais de 200 seringueiros. A propriedade dele era grande, era esse Bento e a Campina. O dono verdadeiro era Danilo cruz. O velho morreu, aí o Antônio Pacheco tomou de conta. Desde quando meu pai era vivo nós trabalhávamos com patrão. Hoje, algumas vezes, compra à vista, não é toda viagem não. Porque, às vezes, o dinheiro tá pouco. E no patrão, tanto faz eu dever como não, eu trago do mesmo jeito. A prazo, eu posso ficar devendo um mil, dois mil... não estou nem aí. Estou com mais de dez anos que trabalho com esse patrão 'Pite'. (Evilázio – Terra Nova).

No médio rio Solimões, as populações que ocupam as unidades de conservação (UCs) atualmente, podem ser classificadas tanto como populações ribeirinhas, quanto como populações tradicionais, conforme apontado por Lima (2006). As famílias dessa região apresentam uma economia doméstica de orientação camponesa, ou seja, as unidades domésticas são, ao mesmo tempo, unidades de produção e consumo (CHAYANOV, 1966; LIMA, 2006; LIMA, 2010). A produção é organizada com base nas relações de parentesco, e planejada de acordo com as necessidades de consumo da família. A unidade doméstica mantém relações com o mercado e sua renda é gerada por meio da comercialização dos recursos naturais, extrativos e agrícolas (LIMA, 2006).

As principais atividades produtivas na região são a agricultura, a pesca e o extrativismo e os grupos familiares operam sob uma racionalidade econômica ribeirinha, que está associada principalmente à diversidade de “estratégias econômicas” (PERALTA, 2012; PERALTA; LIMA, 2013) desempenhadas pelos domicílios, que têm como objetivo principal garantir o consumo, ou seja, diminuir os riscos à manutenção das necessidades dos grupos domésticos.

Em uma análise sobre a organização camponesa no baixo rio Solimões, Cruz (1999) classifica os moradores das várzeas como “caboclo-ribeirinhos”, visto que estes

desempenham “um conjunto de atividades, com um baixo nível de especialização, condição fundamental na produção e reprodução desse tipo de organização social”. O autor salienta que essas populações obtêm sua subsistência da terra, da água e da floresta. Assim, são especialistas na prática agrícola, criação de pequenos e grandes animais, pesca e extrativismo. A utilização e o usufruto dos recursos disponibilizados pelo conjunto (terra-água-floresta) permitem suprir as necessidades básicas fundamentais à vida, como propiciar “certa flexibilidade nas suas relações com o mercado” (CRUZ, 1999).

Esta espacialidade de atuação em diferentes ambientes possibilita-lhes moldar um estilo de vida ou modo de vida próprio. Witkoski (2007) classifica os moradores da várzea do rio Solimões-Amazonas como “camponeses amazônicos”. Com isso afirma que os povos tradicionais amazônicos, desde os indígenas, seringueiros, quilombolas, caboclos, ribeirinhos, são dotados de vasta experiência na conservação da biodiversidade e na utilização dos recursos naturais, dominando terra, floresta e águas; estes lugares, onde desenvolvem o trabalho, são polivalentes e consubstanciam o ser camponês amazônico.

Uma outra classificação feita por Cruz (2007) caracteriza as populações ribeirinhas do Baixo Solimões como “camponês-ribeirinho”, pois são populações que moram às margens dos rios, mas o que os define não é a posição geográfica e sim as relações que estabelecem com as águas e com a floresta e como utilizam esses ambientes para sua reprodução social. Percepção semelhante é dada por Silva; Almeida Silva; Castro (2012) ao analisar as novas espacialidades e organizações na vivência do ribeirinho na Amazônia, em suas representações de mudanças e permanências, sejam simbólicas ou materiais.

As famílias ribeirinhas do médio Solimões apresentam uma economia doméstica de orientação camponesa. Os domicílios, em sua maioria compostos por famílias nucleares com seis a sete membros em média, caracterizam-se como unidades de consumo e produção (LIMA, 2006; LIMA, 2010). Parte de suas necessidades de consumo são atendidas pela produção. A outra parte das necessidades são atendidas por meio de trocas realizadas nos mercados locais. As famílias desempenham uma diversidade de táticas econômicas, visando a diminuição de riscos à subsistência do conjunto familiar. Dedicar-se a uma gama de atividades para diminuir riscos indica, além de um longo processo de adaptação às suas relações com o meio, também a construção de um cabedal

de conhecimento que permite que tais populações construam uma rede de saberes e de comportamentos que respeitam o ambiente e, com isso, possam garantir menor risco a reprodução dos seus modos de vida.

O valor do trabalho e dos bens de consumo variam em virtude de se ter ou não atingido as necessidades do grupo (PERALTA, 2012), o que indica ainda a orientação econômica não capitalista dessas famílias. Neste sentido, Oliveira (2007) destaca que a sobrevivência, e não o lucro, é o limite para a produção camponesa. Assim, parte é voltada para o atendimento das necessidades de consumo direto (ou autoconsumo), como meio de subsistência imediata, enquanto a outra se converte em mercadoria, quando é comercializada. Por tal raciocínio, a lógica camponesa se distingue da lógica capitalista, conforme afirma Oliveira (2007, p.40):

Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ (1) na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

No médio Solimões, a orientação das populações rurais é voltada ao próprio sustento, com organização do trabalho dentro do grupo doméstico, de modo que se encaixa ao segundo sistema demonstrado pelo referido autor. O camponês enquadra-se no que Lima e Pozzobon (2005) chamam de orientação econômica “consuntiva” (de consumo), ou seja, direcionada à segurança alimentar das famílias, e que busca no mercado itens que considera indispensáveis para sua reprodução, o que os autores destacam como uma diferença da orientação econômica dessas populações em relação à produção capitalista, que tem orientação “lucrativa”, buscam o lucro.

Destarte, Lima (2006), ao analisar a economia doméstica em Mamirauá, destaca que a organização das atividades econômicas é normalmente exercida por um casal que distribui as tarefas econômicas entre os membros familiares. Essa atribuição de tarefas leva em consideração uma visão socialmente definida de divisão sexual e etária do trabalho. Esse modo de organização nuclear é característica de um modo camponês de produção, que tem por objetivo prover suas necessidades de consumo.

No mesmo sentido, Moura (1988) salienta também que o modo de vida do camponês organiza o trabalho a partir de uma divisão familiar, cujas configurações são diferentes em cada cultura, todavia, com homens, mulheres e crianças como responsáveis pela segurança alimentar do seu núcleo de parentesco próximo. A autora aponta ainda que o camponês não almeja o crescimento econômico. Sua renda, oriunda da venda da sua produção, tem como principal propósito garantir a sobrevivência coletiva, ou seja, “o camponês determina seu trabalho e suas produções dependendo da sua necessidade para o seu sustento” (MOURA, 1988, p. 513).

As necessidades de consumo dos grupos familiares são atendidas de duas maneiras. A primeira diz respeito ao que o grupo consome a partir do que produz (autoconsumo), que pode ser peixe, carne de caça, farinha de mandioca, por exemplo. A outra é atendida por meio do consumo de artigos que são obtidos diretamente no mercado, por meio de rendimentos monetários provenientes da comercialização de parte da produção familiar ou de outras fontes e compreende produtos como equipamentos de trabalho, alimentos industrializados, vestuários, remédios e bens de patrimônio (barco, motor, móveis, dentre outros).

A renda domiciliar é originária da somatória do conjunto de rendimentos resultante do trabalho do núcleo familiar. Destacam-se como atividades mais importantes na composição dessa renda a pesca, a agricultura, salários e serviços. Porém, atualmente, os ingressos monetários com maior peso para a composição dos rendimentos são provenientes de benefícios sociais como aposentadorias, programas de transferência direta de renda e programas de compensação ambiental dos governos federal e estadual.

Um estudo de cunho quantitativo sobre a economia doméstica da região do médio rio Solimões encontrou uma renda média familiar mensal de 1,5 salários mínimos e R\$ 148,00 *per capita* em 2010 (LIMA; PERALTA, 2016). A contribuição de benefícios (programas de transferência de renda e aposentadorias) chegou a 44% da renda familiar. A venda da produção extrativa e agrícola, que seria considerada uma referência para o nível de autonomia da unidade doméstica, contribuiu com 37% da renda familiar. Os benefícios sociais ajudaram a elevar o padrão de consumo em 30% e aumentaram a compra de bens domésticos (70%); significando maiores oportunidades de acesso à educação e saúde, por meio do usufruto de bens e serviços disponíveis nas cidades.

Ao longo de décadas, as relações econômicas no médio Solimões têm-se

transformado e adquirido novas configurações. Sobre a questão, Coelho e Peralta (2016) afirmam que, atualmente, as mercadorias e bens são adquiridos diretamente no mercado por meio dos rendimentos familiares, principalmente dos benefícios sociais, que conferem papel decisivo para as mudanças nas relações de patronagem na região. Há casos em que esses rendimentos provenientes de programas de transferência de renda são denominados como “o novo patrão” (COELHO; PERALTA, 2016). Esses rendimentos monetários mensais dão maior autonomia aos produtores para adquirir as mercadorias que antes só tinham acesso por meio do aviamento, com o adiantamento do patrão.

Naquele tempo era tempo dos patrões mesmo. Agora só que tá todo mundo dono de si. Ficou melhor todo mundo dono de si. Todo mundo dono de si, pega seu o dinheiro e compra onde quer. Naquele tempo não, era tempo do patrão, para vender um produto não podia vender porque não deixavam. Queria que fosse só pra ele. Agora não, agora tá uma beleza (...) Meu patrão hoje, é meu cartão, hoje, com a minha aposentadoria, eu sou o meu patrão”. (Seu José, Comunidade Terra Nova).

Ao mesmo tempo, o patrão tradicional - agente financiador de insumos e quem compra parte da produção - ainda existe, embora não mais como elemento estruturador nas relações socioeconômicas dos domicílios, mas como um agente diminuidor de riscos, vez que oferece a garantia de financiamento de mercadorias nos momentos de necessidade e também na compra da produção. O patrão ainda está presente nas relações econômicas entre as comunidades estudadas, embora com atuação mais restrita, visto que se limita a abastecer os insumos para a produção pesqueira (como gelo e apetrechos de pesca) e, em contrapartida, adquire a produção, de modo que existe uma relação direta entre patrões e produtores.

A maior participação dos benefícios sociais na composição da renda familiar confere papel decisivo nas atuais mudanças tanto nos padrões de produção e de consumo, quanto na consolidação de um novo padrão de moradia das famílias. A respeito de tais mudanças, verifica-se a existência de complexos fluxos demográficos, o que permite que os grupos familiares desempenhem atividades, circulem, participem e se movimentem nas redes rurais e urbanas. Segundo Padoch e colaboradores (2008), dada a dinâmica de mobilidade espacial, pode-se caracterizar esses grupos como multi-instalados (PADOCH *et al.*, 2008; ELOY; LASMAR, 2011).

Constata-se uma maior mobilidade entre o rural e o urbano, com maior presença

das famílias rurais na cidade, facilitada por meios de transporte acessíveis a maioria dos moradores, como o motor rabeta, posse indispensável nessa região (PERALTA; LIMA, 2013). Estudo desenvolvido por D'Antona (2003) destaca que a garantia de uso da terra e dos recursos naturais às populações locais, por meio da criação de UCs, permitiu ainda as possibilidades de movimento entre as cidades e as comunidades, vez que essas UCs são a garantia territorial e a segurança de uso dos recursos naturais.

As zonas rurais e urbanas representam a base da economia familiar na Amazônia, pois contribuem com uma variedade de recursos e uma rede de suporte social (PINEDO-VASQUEZ *et al.*, 2008). A mobilidade entre rural e urbano tem ocorrido, muitas vezes, nos contextos de *booms* econômicos, por exemplo, durante o ciclo da borracha, anteriormente mencionado (PADOCH *et al.*, 2014). Essa mobilidade não se categoriza como migração, vez que podem ser movimentos temporários e de curta duração, mas são diferenciados, em virtude de ter consequências importantes para as sociedades, com impactos sociais, políticos e ambientais e não caracterizados como mudança permanente ou semipermanente de residência (HOGAN, 2005).

Para Pinedo-Vasquez *et al.* (2008), os fluxos migratórios na Amazônia têm trazido cada vez mais pessoas para as cidades. Mudanças recentes nas comunicações e nos transportes, os mercados e as oportunidades de trabalho têm aumentado muito a incidência desse padrão multilocal nos centros urbanos. Para as famílias da várzea amazônica, as variações na elevação e na duração das enchentes anuais têm sido outro determinante importante para a constituição de um padrão de dupla residência entre a cidade e a comunidade, ou seja, famílias “multilocalizadas”. Peralta e Lima (2013) destacam que famílias mantêm um segundo domicílio nos centros urbanos e se alojam ali nos períodos de cheia dos rios, também em virtude de oferecer, em tese, maior segurança.

Lima e Alencar (2000) consideram que apesar do papel do fator ambiental ser determinante para a ocupação da várzea, pela intensa circulação de pessoas e produtos, a evidência histórica tem demonstrado que as mudanças sociais são as principais causas das variações ocorridas nos padrões de ocupação humana. Mais recentemente, as mudanças se referem ao estabelecimento dos comerciantes na cidade, na mudança da relação com padrões, na possibilidade de manter os filhos na escola, na necessidade e possibilidade de atendimento à saúde nas cidades. Além disso, os rendimentos mensais fixos e a própria garantia territorial depois da decretação da unidade de conservação são fatores que

favoreceram esse padrão de ocupação multilocal.

Fatores socioeconômicos, redes de parentesco e também acessos mais facilitados a serviços urbanos são grandes motivadores para que os grupos mantenham esses padrões de moradia. No entanto, apesar do crescimento urbano considerável e da migração rural-urbano acelerada, as áreas rurais nos trópicos úmidos estão longe de ser um vazio, os campos e pastos são raramente abandonados a regredir em florestas, não gerenciados ou não utilizados (PINEDO-VAZQUEZ, *et al.*, 2008).

Muitas famílias estão envolvidas em circular, em vez de um movimento unidirecional, rural ao urbano (PADOCH *et al.* 2014). A esse respeito, Eloy e Lasmar (2011), ao discutirem o processo de urbanização no alto rio Negro, destacam que há um sistema complexo de acesso a recursos que se associa diretamente a um padrão multilocal de organização das atividades produtivas entre cidade e floresta. De acordo com os autores, a estratégia multilocal de produção e criação de espaços de vida pode ser vista como uma manifestação importante da resiliência (capacidade de adaptação) das populações envolvidas em tal processo.

Os atuais arranjos do trabalho familiar, as relações de parentesco e reciprocidade, a garantia de usufruto exclusivo por meio da criação das UCs e os rendimentos monetários fixos são fatores que permitem maior autonomia em relação à reprodução dos modos de vida.

‘Racionalidade’ econômica ribeirinha: mudanças e continuidades nas estratégias produtivas

Nesta seção abordamos os elementos principais que nos permitem pensar em uma racionalidade econômica ribeirinha. Analisamos as atividades produtivas em dois momentos históricos, comparando o empenho das famílias, os tamanhos em quadras das roças, as expectativas em relação ao aumento de produção e as estratégias utilizadas para decidir quais atividades são selecionadas ao longo do ano de trabalho dos grupos domésticos.

A racionalidade econômica ribeirinha está associada, como citamos anteriormente, principalmente à uma diversidade de “estratégias econômicas” desempenhadas pelos domicílios, que têm como objetivo principal garantir o consumo, ou seja, diminuir os riscos à manutenção de suas necessidades. Logo, o que motiva a

escolha por uma atividade em relação à outra não é apenas o valor da produção no mercado, mas também i) o esforço que empregam para garantir sua elaboração ii) a disponibilidade de força de trabalho e iii) a disponibilidade de recursos naturais, como discutiremos a seguir.

Em anos mais recentes, os eventos climáticos extremos tornaram-se também fator importante para as escolhas produtivas das famílias, impondo a necessidade de desenvolver novas estratégias e se adaptar a esse novo contexto de incerteza ambiental. Segundo Marengo e Espinoza (2016), chuvas abundantes na bacia Amazônica determinaram inundações extremas ao longo da calha principal do rio Solimões-Amazonas nos anos de 1953, 1989, 1999, 2009, 2012-2015. Enquanto, chuvas deficientes em 1912, 1926, 1963, 1980, 1983, 1995, 1997, 1998, 2005 e 2010 causaram níveis anormalmente baixos nos rios (MARENGO; SPINOZA, 2016, p.1033). Esses dados mostram que as inundações extremas parecem estar ocorrendo com maior frequência, com consequências adversas para o modo de vida ribeirinho.

Nas décadas anteriores, como por exemplo em 1980, para a abertura de um novo roçado eram empregados machado e terçado. Nos dias atuais, novas técnicas empregadas nas atividades produtivas diminuem o esforço e aumentam o rendimento do trabalho. Atualmente há uso de equipamentos como motosserra, roçadeiras, entre outros, que facilitam e diminuem a penosidade do trabalho, como menciona um dos nossos entrevistados, “melhorou um pouco pra quem tem motosserra, porque quem tem motosserra derruba uma quadra num dia e no machado é uma semana toda” (LUDOGERIO, 2013). Em síntese, anteriormente se empregava maior esforço para “botar (4) e limpar uma roça”, e a produção tinha valor mais baixo que o atual.

As grandes cheias de 2009, 2011 e 2012 tiveram como consequência a menor disponibilidade de maniva (5) e prejuízos com a colheita causados pela rápida alagação. Isso resultou em menor oferta e aumento do valor da farinha, que, por sua vez, motivou o maior empenho na atividade para garantir o consumo doméstico. Nos anos de grande cheias, o esforço e empenho demandado para garantir a produção da farinha de mandioca para o autoconsumo é maior, visto que, junto com o peixe, a farinha constitui a base alimentar da população ribeirinha amazônica.

Quadro 1: Fatores que influenciam as estratégias produtivas dos produtores familiares na região rural do município de Fonte Boa

DÉCADAS	60-80	90-2010
Esforço de trabalho		
Disponibilidade de recursos		
Disponibilidade de força de trabalho		
Despesa da produção		
Produtividade e equipamentos		
Mudanças climáticas		
Valor da produção no mercado		
Acesso a bens de consumo		
Dependência do patrão		
Legenda:		
Melhores condições		
Piores condições		

Fonte: elaboração dos autores.

O quadro 1 mostra as mudanças em relação aos principais fatores que influenciam as estratégias produtivas dos produtores familiares, ao longo do tempo. No caso da produção pesqueira, hoje temos o uso das malhadeiras, por exemplo. Antes a pesca era feita quase exclusivamente com o uso do arpão e caniço. Nas décadas anteriores, havia maior facilidade em obter a produção, devido a maior quantidade de recursos naturais disponíveis, porém, os valores obtidos nas trocas comerciais eram geralmente mais baixos. Isso porque as trocas dos produtos eram realizadas frequentemente com o patrão aviador, o valor monetário era usado nas negociações, mas a moeda não era repassada diretamente ao aviado ou freguês. Toda a relação de trocas era baseada no fornecimento de insumos à produção, entrega do produto e recebimento de novos insumos - transações características do sistema de aviamento.

Hoje a produção pesqueira demanda maiores despesas, maior tempo empregado na atividade e dificuldade em alcançar bons resultados. Porém, atualmente, o preço do pescado, principalmente o do peixe liso¹, é mais alto. No entanto, os entrevistados afirmam existir menor disponibilidade, ou mesmo escassez de pescado, necessitando de maior esforço e gerando maiores despesas para obter a produção. Assim, temos um cenário inverso em relação à boa disponibilidade de pescado do passado, quando todas as trocas econômicas eram realizadas com base no aviamento e pouca circulação de moeda.

¹ Peixe liso é o nome usado localmente para se referir aos Siluriformes, os peixes de couro ou bagres.

Os moradores pontuam que até aproximadamente 20 anos atrás, os patrões-aviadores eram o elo das relações econômicas dos domicílios com o mercado, os principais agentes das trocas comerciais. Era por sua interveniência que os moradores locais tinham acesso ao consumo de alguns itens industrializados e também era quem garantia a “venda” do que as famílias cultivavam ou extraíam da terra, da floresta e das águas.

Logo, esses patrões determinavam os preços da produção das famílias, dos produtos aviados e, de certo modo, ainda definiam as atividades produtivas que os fregueses desempenhariam. Tratava-se, de fato, de uma imposição. Aqueles personagens (aviadores), com suas táticas, praticavam usura, o que resultava numa fidelização obrigatória, visto que os caboclos ribeirinhos quase sempre ficavam em dívida, em decorrência dos bens que adquiriam. Essa prática impositiva é relatada por um entrevistado:

O pai do Evilázio foi mandar o patrão dele (Antônio Pacheco) comprar um machado pra ele fazer roçado. Ele disse: compadre, eu não compro machado, terçado... eu compro arpão e arpoeira pro freguês, porque farinha não é produto. Compro arpão porque o senhor vai pescar. Aí ele disse: compadre, mas eu quero fazer farinha e eu quero machado porque o meu não presta. Aí, não comprou, ele foi comprar noutra canto pra compra. De certo que foi melhorando de outras coisas, aí foram dando valor na agricultura como na farinha. Hoje em dia, olha o preço da farinha como tá: tem valor. Naquele tempo nada, nada tinha valor. Só o que tinha era jacaré, pele seca, couro de veado, onça, pirarucu e a borracha, era só. Não tinha quem quisesse, farinha nem se fala, não tinha valor o peneiro de farinha era três “reais” naquele tempo”. (ALEXANDRE, 2013).

O vínculo ao patrão e, conseqüentemente, à atividade econômica que ele financiava, era a imposição à qual o freguês deveria se submeter. A passagem acima, quando o interlocutor lembra a resposta do seu patrão: “eu compro arpão e arpoeira pro freguês, porque farinha não é produto”, demonstra muito claramente como o patrão e o sistema de aviamento determinavam a orientação econômica e produtiva das famílias do médio Solimões.

Identificamos que o valor da produção refletia as dificuldades de adquirir os equipamentos necessários para produzir, bem como o esforço na realização das atividades, de modo que o retorno econômico era muito irrisório. No caso da agricultura, nos dias atuais há maior facilidade para construção de novos roçados, nas atividades de

manejo da roça como plantio e capina e na produção da farinha e o valor comercial está mais alto, especialmente após as cheias que trouxeram grandes impactos sociais, econômicos e ambientais nos anos de 2009, 2011 e 2012, conforme foi indicado na descrição de um dos moradores atingidos pelo fenômeno climático:

Antes para se fazer um roçado, se levava o dobro de tempo que se gasta hoje. Principalmente se o roçado fosse ter que ser feito no machado e terçado, hoje, é mais rápido e fácil para abrir uma roça nova, com uma motosserra. Quem não tem motosserra, pode pagar uma diária para quem tem e em um dia se derruba uma quadra, o que não é possível se for feito a partir do uso do machado, que além do maior tempo que levava tinha o esforço que era dobrado... Agora ainda tá mais fácil de... vamos dizer o preço tá muito mais melhor. De antes produtos como farinha e banana não tinham valor, vamos dizer que, de primeiro, um quilo de farinha [...] tava dando uma base de 50 centavos, 60 centavos, o quilo né, e agora com essa alagação que deu, subiu muito. Chegou até sete reais, né! (FRANCISCO, 2013).

O uso de equipamentos como motosserra e roçadeiras nas atividades da roça visa aumentar a produtividade e diminuir o esforço físico. Tudo isso, em tese, possibilitaria um investimento em maiores áreas cultivadas. Entretanto, percebemos que a posse desses equipamentos não significa necessariamente a escolha por aumentar as áreas cultivadas, uma vez que o cultivo é motivado a partir do esforço empregado pelo grupo familiar para garantir a produção e pela disponibilidade de força de trabalho nas atividades, além de suas necessidades de consumo.

Ao indagarmos se a utilização de equipamentos como motosserra e roçadeiras possibilitaria ao núcleo familiar expandir suas áreas de roçados, obtivemos como respostas que a decisão pela expansão das áreas de cultivo considerava especialmente a força de trabalho disponível para manter os espaços produtivos. A constatação é esclarecida da seguinte maneira, como afirma um dos participantes da pesquisa:

Isso depende muito, depende de quantas pessoas vão poder se dedicar a essa roça, [de] quantas pessoas vamos ter na hora de fazer a farinha. Olha, hoje lá em casa temos muitas pessoas morando, mas só eu e a Patrícia estamos aqui [torrando farinha], tem quatro trabalhando na casa, pregando parede e ajeitando o jirau (6) lá de trás, tem outra cuidando da comida e por aí vai. (CARLOS, 2013).

Desta maneira, ter força de trabalho disponível é muito mais importante que possuir os equipamentos que facilitam e diminuem o esforço físico da labuta.

Atualmente, o preço do pescado — principalmente do peixe liso ou de couro — tem maior valor no mercado consumidor, entretanto, devido às contínuas ações predatórias de grandes barcos pesqueiros vindos de outras regiões, houve uma diminuição, ano após ano, das populações de peixes. Isso pede maiores esforços e aumenta as despesas com a captura dos peixes e, conseqüentemente, gera a diminuição do retorno econômico.

O peixe não dava quase nada, que era, o preço de dois reais e pouco. Não tava pagando bem. Daí o cara precisava fazer muito pra poder dar alguma coisa. Era R\$ 2,70, R\$ 2,50, por aí. Daí o cara precisa fazer maior despesa, pra tirar a despesa (saldar), daí não sobra quase nada. Dá pra (família) ir passando. Como hoje em dia o preço está alto, mas está mais difícil, naquele tempo tinha mais, agora tem mais pouco, né? (ANTÔNIO CALDAS, 2013).

Nesse chamado campesinato amazônico, há uma ligação direta com o mercado e uma diversificação de atividades que os grupos familiares desempenham. No caso das populações que residem na várzea e que estão diretamente ligadas ao rio, mas que ao mesmo tempo são parte de um todo e atuam para além das águas, cultivam o solo em seus roçados, realizam caça e coleta de produtos da floresta. Assim, os produtores podem ser caracterizados como pluriativos, e isto garante o deslocamento entre atividades, pois entendem o conjunto terra-floresta-água como fontes de recursos indispensáveis à subsistência.

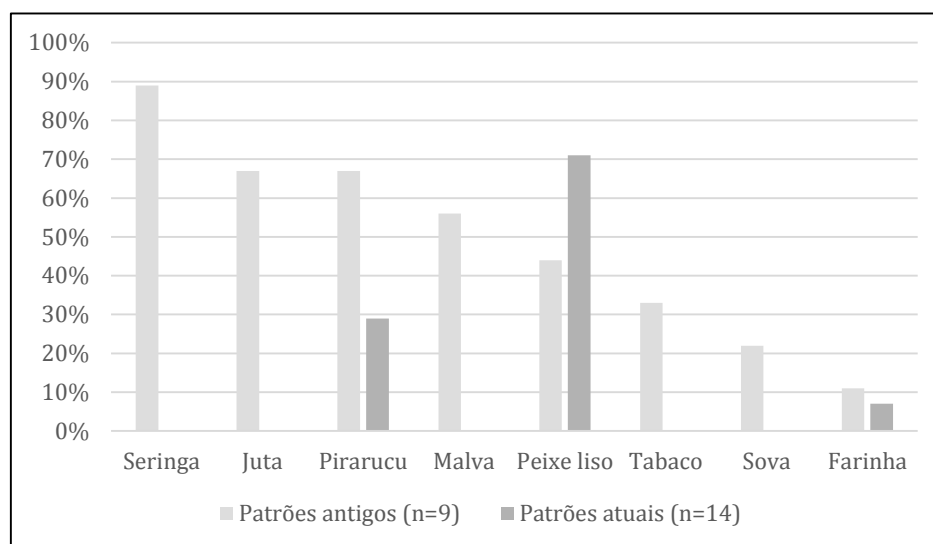
Um dos entrevistados faz alusão a esse cenário socioambiental, quando compara a extração do látex da seringa em relação ao trabalho com a pesca:

Meu pai pescava. Deixou de cortar seringa, porque a seringa tava três, ainda me lembro, que tava três mil réis, não era real, era mil réis, três mil réis o quilo da borracha fraca, e oito mil réis da borracha fina, que era borracha fina, porque era borracha forte, chamava assim borracha fina. A que era da terra firme era borracha fraca e a forte era da várzea. Aí pensei, meu pai deixou de cortar porque o preço tava barato, daí se jogou pro peixe, “pesca”. Pirarucu naquele tempo não tinha valor, comerciante só pagava de, naquele tempo era de dois mil réis, por aí assim, e o preço, eu sei bem que ele trabalhava, aí comecei andar com ele pra pescar, aí ele trazia aquele “eito de pirarucu”, era duzentos, trezentos quilos... cada pescada que ele dava, porque tinha muito mesmo... naqueles tempo ninguém pesca de malhadeira, só pescava de “artia” (arpão). Mas aquilo era um produto... matava cinco, seis pirarucu por dia, e salgava. Eu sei bem que de 200 mil réis ele não passava. (LUDOGÉRIO, 2013).

Um balanço do conjunto de mudanças discutidas acima (ver Quadro 1) nos

permite dizer que a economia ribeirinha mostra atualmente, em geral, maior grau de autonomia. Há preferência para as produções agrícola e pesqueira, ao invés da extração de produtos. Isso se deve principalmente à menor dependência do sistema econômico mediado pelo patrão-aviador. O aviamento, o patrão e a dívida deixaram de constituir bases socioeconômicas tão fortes e complexas quanto no passado. Vemos, na figura 2, como nas décadas anteriores os padrões adquiriam principalmente produtos extrativos, como seringa, juta e malva, além do pirarucu salgado. Atualmente, os padrões estão interessados em comprar a produção pesqueira, principalmente do peixe liso.

Figura 2. Comparação do percentual de produtores que mencionam produtos trocados ou vendidos aos seus padrões anteriormente e atualmente.



Fonte: elaborado pelos autores com os dados da pesquisa.

Atualmente, o patrão ainda presta adiantamentos para as atividades agrícolas e pesqueiras. Todavia, essa intermediação se operacionaliza de modo mais restrito, e se limita a fornecer insumos à produção (como gelo) e à aquisição da produção dos “camponeses-ribeirinhos”, em muitos casos sem exigir fidelidade de entrega do resultado de seus trabalhos produtivos.

Sobre este novo cenário do aviamento, Coelho e Peralta (2016) destacam que a dívida contraída com um patrão pode ser saldada com o dinheiro obtido com a comercialização da produção para outro comprador. A relação desses produtores com o mercado é direta com os comerciantes ou com os consumidores finais e está baseada em uma interação maior com as cidades. Em contrapartida, adquirem bens de consumo ou

duráveis para suas casas na cidade ou na comunidade rural.

A maior participação dos benefícios sociais na composição da renda familiar desempenha um aspecto contundente nas mudanças observadas nos padrões de produção e de troca comercial. Há maior acesso dos domicílios ao mercado, por conseguinte, menor dependência do patrão. Logo, o que produzem não é voltado ao atendimento das preferências do aviador, com quem contraíam dívidas praticamente impagáveis, e sim ao esforço indispensável para suprir as necessidades do seu núcleo familiar. Com isso, possuem maior autonomia em escolher o que irão produzir ao mercado, o que pode lhes oferecer melhor retorno econômico. Além do fato que desempenham as técnicas e manejos em que possuem habilidades.

Outro aspecto de mudança é que a maior mobilidade das famílias e a maior circulação entre os centros urbanos e as comunidades rurais diminuíram a disponibilidade de força de trabalho na comunidade, principalmente de jovens e crianças, que passam a estudar na cidade. Por outro lado, essa maior autonomia para empregar a força de trabalho familiar permite que as famílias possam optar por atender as preferências de investimento na educação, inclusive de nível superior, dos filhos.

Em síntese, embora tenham ocorrido mudanças na economia ribeirinha nas últimas décadas, os objetivos “consuntivos” dessa economia continuam os mesmos. Mas, as novas configurações sociais, tanto nos padrões de desenvolvimento das suas atividades produtivas, como no acesso a rendimentos mais estáveis provenientes do poder público, permitem que os camponeses ribeirinhos amazônicos determinem o empenho que deve ser empregado em seus labores econômicos, o que resulta em maior independência dos domicílios para a manutenção do núcleo familiar e seus projetos de futuro.

Considerações finais

A racionalidade econômica ribeirinha está associada principalmente à diversidade de “estratégias econômicas” desempenhadas pelos núcleos familiares, que têm como objetivo principal garantir o consumo, ou seja, diminuir os riscos à manutenção de suas necessidades de sobrevivência.

O que motiva a escolha por uma atividade em relação à outra não é apenas o valor da comercialização de seus produtos, mas também o esforço empregado pelas famílias para garantir algum retorno econômico, considerando também a disponibilidade

de força de trabalho e os recursos naturais para o sustento do grupo familiar.

No sistema de aviação, o patrão se encarregava de impor os valores do que era produzido e trocado pelos camponeses-ribeirinhos e suas famílias. Na atualidade, o que produzem é comercializado ou trocado diretamente no mercado. Assim, esse acesso sem intermediários, permite que as famílias organizem sua produção de modo subjetivo, baseado na longa experiência de trabalho da geração presente e das anteriores e não no que o mercado determina, embora este influencie no momento do plantio, colheita/extração e comercialização.

Ser especialista em diversas atividades, como a agricultura (a principal para muitos desses camponeses e suas famílias), a pesca, a caça e a coleta de produtos da floresta, capacita o camponês a atuar em diferentes ambientes, de modo que possa executar estratégias econômicas distintas, possibilitando sustentar o que chamamos de racionalidade econômica ribeirinha, a qual, em tese, permite diminuir o risco à manutenção de sua subsistência e segurança alimentar e territorial.

Um ponto que merece atenção, e deve ser explorado em estudos posteriores, é o que diz respeito ao cenário criado pelas dinâmicas de mobilidade das populações do médio Solimões. Temos uma configuração territorial que liga a floresta à cidade, e que lhes possibilita que circulem entre ambas. Seus modos de vida estão ligados a floresta, pois são produzidos e reproduzidos nesse ambiente, enquanto na cidade buscam novas oportunidades ou mesmo sanar dificuldades/necessidades (saúde, educação, dentre outras) que não estão disponíveis nas comunidades rurais.

A existência de territórios legalmente protegidos, como o caso das UCs são, de certo modo, garantia e elemento que talvez permita que as populações circulem mais, uma vez que é o ambiente com o qual possuem familiaridade e longa relação, pois estão integradas a eles. Possivelmente, o padrão multilocal de residência discutido no presente estudo de modo conciso, seja assegurado por esse contexto em que as populações ribeirinhas, caboclas, camponesas amazônicas tenham o usufruto exclusivo dos recursos naturais e que avaliza entre encontrar e ser na comunidade e na cidade.

Muitas das práticas que alicerçaram os modos de vida (sociabilidades, culturas, espiritualidades, organizações, vínculos com o ambiente) dessas comunidades permanecem, enquanto outras foram modificadas, em virtude das realidades que foram a elas sobrepostas, de modo que se reconfiguraram, o que nos leva a considerar que

quaisquer alterações têm reflexos diretos nos contextos de suas territorialidades.

Notas

1. D=dinheiro; M=Mercadoria; D'= dinheiro acrescido de lucro.
2. Motor de baixa potência usado nas embarcações de pequeno porte, utilizado para deslocamentos pelas famílias da região para diversos lugares como, por exemplo, rios, lagos, comunidades, cidades.
3. Embarcação de grande ou médio porte, que compõem a rede de transporte entre as pequenas cidades do estado, bem com a capital, Manaus. São responsáveis tanto pelo transporte de cargas, quanto de passageiros.
4. Fazer uma roça, ou seja, dedicar força de trabalho na produção de um roçado e todas as etapas que o processo requer, desde a derrubada, queima e manejo da terra até a colheita da produção.
5. Caules da árvore de mandioca *Manihot esculenta*.
6. É originária da palavra *yu'ra*, da língua Tupi. Constitui-se de uma construção rústica, fixa ao solo, feita com madeira, análoga a um estrado ou palanque, com múltiplas utilidades (cama; para guardar objetos domésticos como panelas, talheres, dentre outros; secador de frutas; defumador de carnes, peixes). São edificadas com a função de evitar água e umidade, no caso amazônico, são estruturas suspensas e muitas vezes utilizadas para lavar louças, de modo que integram o espaço da cozinha.

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, A. V. **The Theory of peasant economy**. Homewood-Illinois: The American Economic Association, 1966.

COELHO, A.A.; PERALTA, N.B. Meu patrão é meu dinheiro: mudanças nas relações comerciais de pequenos produtores rurais do médio Solimões (AM), 2010. **Revista de Economia Política e História Econômica**, número 35, janeiro de 2016. p.195-224.

Disponível em:

https://www.academia.edu/22188222/Meu_patr%C3%A3o_%C3%A9_meu_dinheiro_mudan%C3%A7as_nas_rela%C3%A7%C3%B5es_comerciais_de_pequenos_produtores_rurais_do_m%C3%A9dio_Solim%C3%B5es_AM. Acesso em: 15 jan 2020.

CRUZ, M.J.M. **Caboclos-ribeirinhos da Amazônia**: um estudo da organização da produção camponesa no município do Careiro da Várzea-AM. 1999. Dissertação (Mestrado). FFLCH/USP. São Paulo: USP, 1999.

CRUZ, M.J.M. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2007.

D'ANTONA, A. (2003) **Garantir a terra, garantia da Terra?** Reservas Extrativistas na Amazônia Legal Brasileira. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

ELOY, L.; LASMAR, C. 2011. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). **Acta amazônica** vol. 41(1) 2011: p.91–102. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/aa/v41n1/a11v41n1.pdf>. Acesso em: 20 fev 2020.

FORTES, M. 1958 Introduction. In: **The Developmental Cycle in Domestic Groups**, ed. Jack GOODY, pp. 1-14. Cambridge; Cambridge University Press.

GOMES, C.V. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Vol.13, n.1, Jan-Abr. 2018. p. 129-146

HOGAN, D. J. 2005. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e Vulnerabilidade social. **R. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 22, n. 2, p. 323-338, jul/dez. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a08>. Acesso em: 10 jan 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2020. (27 de agosto de 2020). Acesso em: 26 fev 2021.

LIMA, D. As transformações na economia doméstica de Mamirauá. **Uakari**, v.6, n.1, p.9-26, jun. 2010. Disponível em: <https://uakari.mamiraua.org.br/UAKARI/article/view/71/80>. Acesso em: 10 abr 2020.

LIMA, D. M. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs). **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, D.; ALENCAR, E. Histórico de ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, H.; COSTA, H. (orgs.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: SENAC, 2000. 351p.

LIMA, D.; PERALTA, N. Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira e Sustentabilidade. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 19, n. 2, p. 43-67, maio-agosto 2016.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/03.pdf>. Acesso em: 10 jan 2020.

MARENGO, J. A.; ESPINOZA, J. C. Extreme seasonal droughts and floods in Amazonia: causes, trends and impacts. **International Journal of Climatology**, v. 36, n. 3, 2016, p. 1033-1050. Disponível em: <https://rmets.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/joc.4420>. Acesso em: 25 mai 2020.

MOURA, M.M. **Camponeses**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, A.U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PADOCH, C. *et al.* Urban forest and rural cities: multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia. **Ecology and Society** 13(2): 2008. [Online]. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss2/art2/>. Acesso em: 05 jan 2020.

PADOCH, C; STEWARD A; PINEDO-VASQUEZ, M. *et al* (2014). Urban residence, rural employment, and the future of Amazonian forests. *In*: HECHT, S.B.; MORRISON, K.D.; PADOCH, C. (Eds) **The social lives of forests: past, present, and future of woodland resurgence**. University of Chicago Press, Chicago, pp 322–335.

PERALTA, N. **Toda ação de conservação precisa ser aceita pela sociedade: Manejo Participativo em Reserva de Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2012. 325p.

PERALTA, N.; LIMA, D. M. A Comprehensive overview of the domestic economy in Mamirauá and Amanã in 2010. **Uakari**, v. 9, n. 2, p. 33 - 62, 2013. Disponível em: <https://uakari.mamiraua.org.br/UAKARI/article/view/155/201>. Acesso em: 05 mar 2020.

PINEDO-VASQUEZ, M. *et. al.* Urbano, e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA** v. 11, n. 2, p. 43-56, dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/271/419>. Acesso em: 14 fev 2020.

SANTOS, R. A. O. – **História Econômica da Amazônia: 1800 – 1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SILVA, J. da C.; ALMEIDA SILVA, A. de; CASTRO, S. Novas espacialidades e organizações na vivência do ribeirinho na Amazônia. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 11, p. 121-130, 2012. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/960>. Acessado em: 10 mar 2020.

WEINSTEIN, B. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 -1920)**. São Paulo: Hucitec/ EDUSP, 1993.

WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUFAM, 2007.

Recebido em 11/06/2020. Aceito para publicação em 23/02/2021.
--